

FILOSOFIAS DA BIOLOGIA

Organismo e função reguladora: determinações do vivo em Georges Canguilhem

*Organism and regulatory function:
determinations of the living in Georges Canguilhem*

*Vanessa Nicola Labrea

**Norman Roland Madarasz

Resumo: O artigo compreende o cerne da obra de Georges Canguilhem (1904-1995) como um ponto de cruzamento entre problemáticas fundamentalmente médico-biológicas e problemáticas sócio-políticas. A consideração histórica descontinuista do desenvolvimento de conceitos científicos e a classificação da técnica enquanto prótese do organismo vivo, entre outras particularidades, situam o pensamento canguilhemiano na fronteira entre áreas do conhecimento demarcadas separadamente. O que integra e individualiza o seu trabalho filosófico é a ponderação do vital enquanto categoria de base para inteligência e reconstrução de problemas interdisciplinares. Após indicar o posicionamento de Canguilhem dentro do quadro da filosofia francesa do século XX, o artigo procura demonstrar de que maneira a função de regulação é um dos pilares organizadores do pensamento do "vivo" (*le vivant*) em sua obra.

Palavras-chave: Biofilosofia. Canguilhem. Normatividade Vital. Organicismo. Regulação. Tecnopolítica.

Abstract: The aim of this paper is to show that the kernel of the work of Georges Canguilhem (1904-1995) lies at a crossing between what are essentially medical and biological problems and those of a sociopolitical nature. The historical consideration of discontinuity in the development of scientific concepts and the classification of technology as a prosthesis of the living organism, among other peculiarities,

* Mestre em Filosofia pela PPGF da PUCRS.

** Professor Adjunto no PPGF e no PPGL da PUCRS.



situates Canguilhem's thought at the boundaries between areas of knowledge that are otherwise demarcated and separate. What integrates and individualizes his philosophical work is the ponderation of the vital as a basic category for intellection and reconstruction of interdisciplinary problems. After indicating Canguilhem's place in the field of twentieth-century French philosophy, our objective in this paper is to demonstrate the way in which the function of regulation is one of the organizing pillars of his thought on the "living" (*le vivant*) in his work.

Keywords: Biophilosophy. Regulation. Vital normativity. Organicism. Canguilhem. Technopolitics.

É possível apreender o que relaciona ciência e política, saber e poder, compondo com tais domínios o segundo par: técnica e vida. O científico, o político, o tecnológico e o vital são quatro referenciais de cuja natureza, hoje como há longa data, uma análise resulta insuficiente quando crê retirá-los dos processos produtivos que os fazem fundamentalmente correlatos. A identificação do traço distintivo de uma filosofia da ciência que leve em conta tal situação de interdependência remete à maneira pela qual ela opera o trânsito conceitual entre as áreas, maneira pela qual aloca em sua compreensão os movimentos de "importação", "transferência", "migração", "evicção" de conceitos, para utilizar alguns termos canguilhemianos, e de como compreende o uso de modelos de analogia e homologia em que tais podem ser veiculados.

Até os primeiros anos do século presente, no Brasil, a obra de Georges Canguilhem (1904-1995) fora mais interpretada por estudiosos instalados originalmente na área da saúde do que por aqueles em primeiro lugar tributários de uma perspectiva histórica da filosofia. Prevalecera desse modo um recorte, por vezes não pouco estreito, das possibilidades de debate acerca de seus livros, artigos e conferências, lidos até então sob o viés técnico do clínico, especialmente o viés psiquiátrico. A primeira edição brasileira de *Études d'Histoire et de Philosophie des Sciences* data de 2012. Em conjunto com a tradução de *Connaissance de la Vie*, publicada no mesmo ano pela Editora Forense (Coleção "Episteme – Política, História – Clínica"), o seu aparecimento no mercado editorial brasileiro configura uma espécie de tardia confirmação de interesse, exemplificada e amplificada nos comentários acadêmicos. Antes disso, tinha-se apenas a tradução brasileira da tese de doutoramento, *Le Normal et le Pathologique* (com posfácio de Pierre Macherey, apresentação de Louis Althusser e o acréscimo das "Novas Reflexões"), somada à tradução dos artigos compilados em *Écrits sur la Médecine*, ambas publicadas pela primeira vez no ano de 2005.

Não obstante, demais obras significativas como, por exemplo, *Idéologie et Rationalité dans l'histoire des sciences de la vie*, ainda não conheçam publicação no Brasil, e que diversos artigos, alguns assinados com o pseudônimo “Laffont” ou “C.-G. Bernard”, como *Le fascisme et les paysants*, sejam de acessibilidade recente mesmo na França, onde foram disponibilizados pela família Canguilhem à CAPHÉS tanto a biblioteca pessoal quanto os arquivos de trabalho, abrindo o *Fonds Georges Canguilhem* em 2003, e onde o tomo primeiro das *Oeuvres Complètes: Écrits philosophiques et politiques 1926-1939* veio a público em dezembro de 2011, é inegável o aclave de interesse pela obra canguilhemeana, perceptível igualmente na procura pelos materiais inéditos. Em correspondência com essa renovação de interesse, e aprofundando o tema praticamente inexplorado da leitura feita por Canguilhem da sociologia de Émile Durkheim, a primeira dissertação de mestrado brasileira dedicada integralmente à obra filosófica de Canguilhem é de Fábio Luís Nóbrega Franco, defendida na Universidade de São Paulo, no ano de 2012.

Na França, embora tenha adquirido amplitude o viés de leitura medico-biológico, como talvez se o considere aquele que prevalece em François Dagognet, Michel Morange, Anne Fagot-Largeault, Henri Atlan ou André Pichot, autores que sobretudo aprofundam os temas do vitalismo canguilhemeano (inclusive o tema tecnológico e a relação com Gilbert Simondon, Leroi-Gourhan e Raymond Ruyer), os trabalhos de cunho predominantemente sócio-político como os de Claude Debru, Michele Cammelli, Jean-François Braustein, Guillaume Le Blanc e Anastasios Brenner têm não somente retomado a filiação de Georges Canguilhem a assim denominada Epistemologia Histórica, reestabelecendo sua proximidade com Gaston Bachelard, Jean Cavailles, Michel Foucault e Alexandre Koyré, como também retomado a presença do positivismo de Auguste Comte em sua obra, assim como a sociologia de Émile Durkheim, Émile Littré, Raymond Aron, a tematização de modelos econômicos e demais questões concernentes à pauta da normatividade social e política¹. Pode-se considerar sem equívoco que essa segunda espécie de leitura já houvera sido iniciada por Dominique Lecourt, Pierre Macherey, pelo próprio Michel Foucault e por Alain Badiou, todos antigos alunos dos seminários de Canguilhem que o retratam antes de mais nada como um filósofo marcado pelo par de preocupação com o tema do vital e do social, às vezes mesmo se sobressaindo pela crítica de cunho político.

¹ Cf., a título de exemplo, o colóquio organizado pelo Collège International de Philosophie: “Georges Canguilhem: Philosophe, historien des sciences”. *Actes du colloque* (6-7-8/12/1990). Paris: Albin Michel, 1993.

Com efeito, essa duplicidade é uma referência adequada para definição da obra canguilhemiana, e é primária, inclusive, com relação a cada um de seus termos, caso se consiga de algum modo isolá-los. É devido precisamente ao feitiço duplo enquanto marca da obra que, a despeito da especificidade dos trabalhos sobre bacteriologia, embriologia, sobre a teoria do reflexo em neurologia ou acerca da passagem da teoria fibrilar à teoria celular, com títulos como “Patologia e Fisiologia da Tireoide no século XIX” ou “A Experimentação em Biologia Animal”, e diversos textos dedicados parcial ou integralmente aos médicos Xavier Bichat, Claude Bernard, René Leriche, François Broussais e outros, vale insuspeito o rigor de descrições como esta, registrada no último texto publicado por Foucault antes de sua morte:

Mas suprimam Canguilhem e vocês não compreenderão mais grande coisa de toda uma série de discussões que ocorreram entre os marxistas franceses; vocês não mais apreenderão o que há de específico em sociólogos como Bourdieu, Castel, Passeron, e que os marca tão intensamente no campo da sociologia; vocês negligenciarão todo um aspecto do trabalho teórico feito pelos psicanalistas, especialmente os lacanianos. Mais: em todo o debate de ideias que precedeu ou sucedeu o movimento de 1968, é fácil reencontrar o lugar daqueles que, de perto ou de longe, haviam sido formados por Canguilhem².

Aqui o inevitável de uma menção ao contexto significativo ao qual reenvia o nome de Michel Foucault, aproximado de demais como Louis Althusser, Alain Badiou, Jacques Rancière e Étienne Balibar. Contexto em que estiveram envolvidos coesivamente, antes dos eventos de 1968 terem divisado notavelmente seu(s) encontro(s). Os núcleos de pensamento filosófico francês cuja clivagem tornou de praxe a classificação entre filosofias existenciais e filosofias conceituais³ são consequentes também

² FOUCAULT, M. “A Vida: a Experiência e a Ciência”. In: *Ditos e Escritos*, v. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 352-353. “La Vie: L’expérience et la science”. *Revue de Métaphysique et de Morale*, 90, 1, (1989), p. 3-14.

³ “C’est celle qui sépare une philosophie de l’expérience, du sens, du sujet et une philosophie du savoir, de la rationalité et du concept” (“La vie: L’Expérience et la Science”, *Revue de Métaphysique et de Morale*, 90, 1: Canguilhem, janvier-mars 1985, p. 3-14). Embora o conteúdo das discussões impressas nos *Cahiers pour l’Analyse* atestem a prevalência do formalismo, em referência direta à linguística, matemática, psicanálise, química, e de fato o primado das ciências ditas “duras”, não resta menos expressa a força da influência da releitura althusseriana do marxismo-leninismo e das demais linhas de interpretação (do PCF, dos maoístas, etc.), que, de fundo, balizavam mesmo as questões acerca da cientificidade e da ideologia, do surgimento de uma ciência e de sua trajetória na história. O tema da publicação n. 9 *Cahiers*, em 1968, tendo sido “A Genealogia das Ciências”, com a participação importante de Foucault, marca o momento em que o grupo se dissipou – como é sabido, a filosofia fundada na existência humana ou experiência da ética que o período posterior fez espessa, fez divisões na filosofia francesa ao mesmo tempo que minorou a prevalência de elementos da ciência à

do desmonte desse grupo de alunos da *École Normale Supérieure*, à época responsáveis pela feitura e publicação dos *Cahiers pour l'Analyse*, a revista cuja condição de existência talvez melhor apresente o fundamental da figura de Canguilhem enquanto inserida nos quadros da filosofia francesa novecentista⁴. A notoriedade de sua presença nas discussões do grupo do *Cahiers* pode ser observada no próprio conteúdo colocado à luz nos debates, mas também pode-se observar que a recorrência dos nomes de dois dos principais mestres de Canguilhem não teriam tido ali tamanha atenção senão por efeito de seus seminários: Jean Cavailles e Gaston Bachelard, nomes para os quais converge em ampla medida o referencial epistemológico canguilhemiano e emblemáticos no que suas próprias linhas de trabalho representam ao transcurso da filosofia francesa da ciência⁵.

O trabalho teórico especializado de Bachelard, abrangente da matemática e da físico-química contemporâneas à primeira metade do século XX (em diálogo com Émile Meyerson, Louis de Broglie, Édouard Le Roy, etc), não o impedira de filiar-se membro do *Comité de Vigilance des Intellectuels Antifascistes* (CVIA)⁶, repetindo o posicionamento do químico

discussão filosófica. É nesse sentido que Norman Madarasz, em sua Apresentação à edição 58, 2 (2013) da Revista *Veritas*, dedicada ao tema "Sistema e Ontologia na Filosofia Francesa Contemporânea", faz referência "àquilo que 1968 interrompeu". Desde a proliferação da filosofia francesa das décadas de 70 e 80, a "quase mudez" acerca dessa "outra" filosofia francesa se vê bem em sua ausência nos espaços acadêmicos. A filosofia das ciências da vida de Canguilhem reenvia de maneira direta a tal momento que é perfeitamente, como descreve ainda Norman Madarasz, "matriz convergente entre formalismo e política de emancipação".

- ⁴ A abertura de cada um de seus volumes, a revista veiculava a seguinte citação de Canguilhem: "Trabalhar um conceito é fazer variar sua extensão e sua compreensão, generalizá-lo pela incorporação dos traços de exceção, exportá-lo para fora de sua região de origem, tomá-lo como modelo ou, inversamente, procurar-lhe um modelo, em resumo, conferir-lhe, progressivamente, por transformações regradas, a função de uma forma". Trata-se de um excerto retirado do artigo de 1963, "Dialética e Filosofia do Não em Gaston Bachelard" ("Dialectique et philosophie du non chez Gaston Bachelard". In: *Revue Internationale de Philosophie*, (1963), p. 452), em que Canguilhem ressalta o caráter estrutural e coletivo do racionalismo bachelardiano.
- ⁵ Em 1969, Louis Althusser escreve em seu *Lenin e a Filosofia*: "De fato, é preciso alguma coragem para admitir que a filosofia francesa, de Maine de Biran e Cousin até Bergson e Brunschvicg, pelo caminho de Ravaisson, Hamelin, Lachelier a Boutroux, somente pode ser salvada de sua própria história pelos poucos grandes espíritos contra os quais virou sua face, como os de Comte e Durkheim, ou, enterrados em oblióvio, Cournot e Couturat; [isto] através de alguns poucos conscientizados historiadores da filosofia, historiadores da ciência e epistemólogos que trabalharam pacientemente para educar aqueles a quem, em parte, a filosofia francesa deve o seu renascimento nos últimos trinta anos. Nós todos sabemos estes nomes; desculpem-me se eu cito apenas aqueles que já não estão conosco: Cavailles e Bachelard".
- ⁶ O Comitê, fundado em março de 1934 por Alain, Paul Langevin e Paul Rivet sob o princípio de "*sauver contre une dictature fasciste ce que le peuple a conquis de droits et de liberté publique*", teve adesão de intelectuais socialistas, comunistas e radicais da esquerda francesa assinalando a preocupação com a ascensão do fascismo na França, anos antes à eclosão da Segunda Guerra.

Paul Langevin e do filósofo Alain antes dele (membros-fundadores, ao lado de Rivet), e assim como o próprio Canguilhem na sequência. Não menos ilustrativa é a figura de um matemático como Cavailles, que segundo as palavras de Canguilhem optou por lutar na Resistência “*por lógica*”⁷: uma referência à justificativa do próprio Cavailles decorrente da qual a afirmação conclusiva de que “a luta contra o *inaceitável* é, portanto, *inelutável*”. Reverbera na filosofia de Canguilhem aquilo que Cavailles escrevera em sua primeira condenação à prisão militar nazista, em maio de 1940, prévia à ocorrida em 1944, ocasião que desembocou em seu fuzilamento. Dizia Cavailles: “não é uma filosofia da consciência, mas uma filosofia do conceito, que pode dar uma doutrina da ciência”⁸. Canguilhem não fora aluno de nenhum dos dois cientistas/filósofos professores, mas fora manifestamente aprendiz de ambos, e veio a sucedê-los também no âmbito acadêmico, ocupando tanto a cátedra de Cavailles em Estrasburgo como a de Bachelard na Sorbonne. A ambos recorreu em incontáveis momentos de sua obra para reafirmar tal aprendizado, o que, excetuando as referências indiretas, pode ser encontrado expressamente, por exemplo, em *Vie et Mort de Jean Cavailles*⁹ e nos numerosos trabalhos cuja centralidade é dada a filosofia de Bachelard¹⁰.

* * *

Na conferência de 1969, proferida em Varsóvia e em Cracóvia à comunidade científica polonesa sob o título *Qu'est-ce qu'une idéologie scientifique*¹¹, o diálogo com a teoria althusseriana de divisão ciência *versus* ideologia é palco para que o conceito de “ideologia científica” tome destaque no pensamento canguilhemeano. Ele é projetado visando reforçar uma perspectiva cuja origem vai de encontro aos fundamentos epistemológicos desenvolvidos na década de 1920/30 por Bachelard¹², com o qual Canguilhem sustenta a necessidade de considerar a atuação

⁷ “(...) a été Résistant par logique”. CANGUILHEM, G. *Vie et Mort de Jean Cavaille*. Paris: Allia, 1996, p. 34.

⁸ CAVAILLES, J. *Sur la logique et la théorie de la science*. Paris: Vrin, 1997, p. 90.

⁹ CANGUILHEM, G. *Vie et Mort de Jean Cavailles*. Paris: Allia, 1996 (1944).

¹⁰ Cf. CANGUILHEM, G. “L'Histoire des Sciences dans l'Œuvre Epistémologique de Gaston Bachelard”. In: *Études d'Histoire et de Philosophie des Sciences*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1968.

¹¹ A conferência foi depois publicada no n. 7 da revista *Organon*, Varsóvia, 1970. Posteriormente, em: *Idéologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie*. Paris: Vrin, 2000.

¹² Ver o Preâmbulo de *Ideologia e Racionalidade nas Ciências da Vida*, p. 9: “a introdução, no meu ensino ou em artigos e conferências, do conceito de ideologia científica, a partir de 1967-68, sob a influência dos trabalhos de Michel Foucault e de Louis Althusser, não era apenas um indício de interesse e de adesão concedida a estas contribuições originais para a deontologia da história das ciências. Era um meio de revigorar, sem a rejeitar, a lição de um mestre, Gaston Bachelard, à falta de poder seguir os seus cursos, lição em que se inspiraram e fortaleceram os meus jovens colegas, a despeito das liberdades que sobre ela tomaram”.

histórica das apropriações do científico pelo não-científico como não menos relevante nem menos retratável do que a pretensa linearidade causal e o estatuto de pureza habitualmente aferido pela historiografia das ciências “sancionadas” às suas trajetórias.

“Ideologia científica”, nesse sentido, reenvia à categoria bachelardiana de “obstáculo epistemológico”: os empecilhos ao desenvolvimento científico que o vem a ser através do uso acrítico repetido massivamente, ao ponto de se tornarem “ossificados” ou “fossilizados” pelo uso. “O desconhecimento da tenacidade dos erros que por muito tempo obscureceram um problema”.¹³ Se, como Badiou afirmava em seu texto de 1966, “Le (Re)Commencement du Matérialisme Dialectique”¹⁴, “a ciência produz o conhecimento de um objeto do qual uma região determinada da ideologia indica a existência”¹⁵, isso se conecta absolutamente com o fato de Canguilhem utilizar o termo “evicção” para consignar a ação da ideologia científica, isto é, algo que desapropria mas não ocupa. O sentido canguilhemeano para “ideologia científica” encontra-se em sua obliquidade perspectiva em direção aos objetos também visados pela investigação de teorias científicas sancionadas. Mas essa ideia também evoca, ainda que menos diretamente, a noção de “fronteira epistemológica”¹⁶. Esse conceito, surgido da ideia de que um problema depende de sua localização em determinada “problemática”, é fundamentado na conjunção de duas coisas aparentemente incompatíveis: limites às áreas do saber e troca informacional entre eles. “Toda fronteira absoluta proposta à ciência”, dizia Bachelard, “é um problema mal formulado”. A tarefa de abordar os fenômenos de movimentação conceitual entre um domínio e outro, evitando delinear com exagero as fronteiras de uma disciplina como pretextos para que bem corra a historiografia de herança positiva que legitimava a prevalência da continuidade sobre os cortes/rupturas, é buscada e ampliada por Canguilhem ao longo de toda a sua obra. Finalmente, devemos sublinhar então o conceito de “corte epistemológico”. Eis o ponto de encontro e discordância máximos de seu pensamento com o pensamento historicista do positivismo, afinal, sua pecha com o continuísmo histórico é tão forte que ultrapassa a crítica à linearidade temporal e se desdobra em crítica à continuidade “espacial”, às concepções, por assim dizer, de um âmbito do saber integrado a si

¹³ CANGUILHEM, G. “L’Histoire des Sciences dans l’Œuvre Épistémologique de Gaston Bachelard”. In: *Études d’Histoire et de Philosophie des Sciences*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1968, p. 185.

¹⁴ BADIOU, Alain. *Le (re)commencement du matérialisme dialectique*. Paris: Critique, 1967.

¹⁵ *Ibid.*, p. 449.

¹⁶ Cf. BACHELARD, G. “Crítica preliminar do conceito de fronteira epistemológica”. In: *Estudos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

próprio, fechado em si próprio. Canguilhem substitui essa perspectiva por aquela que atribui primazia ao relacional, ao interdependente.

Na relação entre os momentos descontínuos da história de uma ciência, entra o papel da valoração epistemológica. Canguilhem afirma que “os valores racionais devem ordenar a história da ciência visto que eles polarizam a própria atividade científica”¹⁷ Desse modo, uma teoria do valor está por trás da perspectiva histórico-epistemológica da descontinuidade. Se ela pleiteia a inserção das utilizações conceituais que não “ocupam” e, contudo, “desapropriam” o local da teoria científica porvir, reverberando no plano epistemológico, Canguilhem nunca deixou de frisar sua visão da historiografia científica: para além de “laboratório”, deveria compreender-se enquanto uma espécie de “tribunal”¹⁸, compreendendo o exercício do julgamento como fator decisório particular e relevante para reestruturação causal dos fatos. Algo de seu colega Raymond Aron que ecoa em sua obra, como se vê na descrição:

É sem dúvida a razão pela qual Aron recebeu tão favoravelmente a ideia de valor como condição de exercício do julgamento histórico. Sem a referência aos valores, os eventos da história são uma sucessão sem consequência, sem apelo ao julgamento, seja um encadeamento de causas e de efeitos fundada num tipo de explicação estritamente naturalista, ou seja, inversamente, uma poeira incoerente de eventos contingentes.¹⁹

Dispensando a “ilusão retrospectiva” pela assunção deliberada de uma espécie de estruturalismo historiográfico forte, Canguilhem concluirá: “o relato histórico sempre transtorna a verdadeira ordem de interesse e interrogação. É no presente que os problemas solicitam reflexão. Se a reflexão leva a uma regressão, a regressão é necessariamente relativa à reflexão”²⁰. O fator crucial que dá forma mais limitada ao que poderia ser acusado de pura e livre escolha de pontos de corte, de reconhecimento de rupturas, sua valorização, etc., é a necessidade de identificar modelos e retratar sua utilização.

¹⁷ CANGUILHEM, G. “A história das ciências na obra epistemológica de Gaston Bachelard”. In: *Estudos de história e filosofia de ciências concernentes aos vivos e à vida*. Rio de Janeiro: Forense, 2012, p. 183.

¹⁸ Cf. CANGUILHEM, G. “O Objeto da História das Ciências”. In: *Estudos de História e de Filosofia das Ciências concernentes aos vivos e a vida*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 5-7.

¹⁹ CANGUILHEM, G. “Raymond Aron et la philosophie critique de l’histoire”, *Enquête*, 1992, p. 29. Online desde 16/11/2005: <<http://enquete.revues.org/138>>, acessado em: 20/01/2014.

²⁰ CANGUILHEM, G. “Augusto Comte e o ‘Princípio de Broussais’”. In: *O Normal e o Patológico*, Rio de Janeiro: Forense, 2012, p. 29.

Em “Modèles et analogies dans la découverte en biologie”²¹, Canguilhem enfatiza que às ciências de estudo do vivo não é tanto a construção de analogias (transposições estruturais; semelhanças morfológicas), mas sim de homologias (correspondências referentes à finalidade; origens associadas à mesma função) que adquire maior eficácia quando de suas aplicações. No mais das vezes, quando se trata de construções teóricas nos estudos sobre o vivo, ele sustenta, “um modelo nada mais é do que sua função”²². Apresentar o que o autoriza a constatar essa singularidade das ciências da vida, a primazia outorgada à função em detrimento da forma, implica aludir ao momento-chave em que a individualidade biológica ganha estatuto científico dentro da história da anatomo-fisiologia. Trata-se do momento em que Claude Bernard fundamenta a noção de regulação orgânica, importada de um modelo político de sociedade, para redefinir a compreensão da individualidade biológica. Essa especificidade da individualidade se explica mesmo nas partes, “totalidades indecomponíveis” vivendo dentro do organismo vivo como se vidas autônomas fossem. Encontra-se aí latente, pensamos, a conveniência e a importância da definição da função de regulação orgânica, inclusive para análise da operação de transferência funcional entre modelos. É verdade que não há ineditismo na ocorrência de discursos científicos que excedem seu campo teórico original ao adentrar saberes laterais, sejam alterados em seu conteúdo sejam aderentes, ainda, aos mesmos. São plurais os casos que o exemplificam. Anteriores à fundação da ideia fisiológica de regulação, apenas tratando-se de biologia, não foram poucos os modelos adaptados em âmbito do saber político. A acepção de *economia animal*²³, por exemplo: se Linné a veicula em seus *Política Naturae* e *Oeconomia Naturae*, não o faz sem imprimi-la da carga com a qual Lavoisier a tinha emprestado (o “dispositivo de estabilização mecânica” do modelo de “máquina animal”, a máquina “hidráulico-pneumática” que seria composição dos três reguladores: respiração, transpiração, digestão) e Buffon expandido à quantidade populacional, a partir da junção do mecanicismo subjacente à ideia de máquina animal com o ideal naturalista de conservação e equilíbrio da

²¹ Com o nome “*The role of analogies and models in biological Discovery*”, este artigo aparece primeiro na publicação decorrente de um Simpósio ocorrido na Universidade de Oxford: *Scientific Change*. ed. by A.C. Crombie; Heinemann. London, 1963. Surge mais tarde na língua francesa, em *Études d’Histoire et de philosophie des sciences*. 5. ed. rev. e aum. Paris: Vrin, 1983.

²² CANGUILHEM, G. “Modèles et analogies dans la découverte en biologie”. In: *Études d’Histoire et de Philosophie des Sciences*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1968, p. 340.

²³ CANGUILHEM, G. “Économie, Technologie et Physiologie”: “La formation du concept de régulation biologique aux XVIIIe et XIXe siècles”. In: *Idéologie et rationalité dans l’histoire des sciences de la vie*. Paris: Vrin, 2000.

natureza, por sua vez herdeiro da medicina hipocrática, sumária da qual é a expressão *vis medicatrix naturae* – faculdade vital compensatória e reorganizadora (natureza curativa) à qual Cannon, recolhendo o conceito de *milieu intérieur*, atribuiu a inspiração para o desenvolvimento do conceito de *homeostasis*. Avançando ainda no mesmo exemplo, *vis medicatrix naturae* é tanto a expressão que Stalh, influente à Escola médica de Montpellier (de tradição vitalista), descrevia enquanto “autocracia da Natureza” (*autocratia naturae*)²⁴ como é também a ideia que Malthus transformava em *vis medicatrix res publicae*²⁵ em sua teoria de equilíbrio das populações. Na seção *Économie, Technologie et Physiologie* do artigo intitulado *La Formation du concept de régulation biologique aux XVIIIe et XIXe siècles*²⁶, Canguilhem aponta para o fato de que, quando as teorias econômicas liberais e as teorias econômico-políticas socialistas consolidaram-se no século XIX, nutriram-se da ideia da “divisão fisiológica de trabalho”. Em seguida, a teoria celular consignava a “vida social das células”, Ernst Haeckel utilizava os termos “república das células” e “Estado celular” e Claude Bernard introduzia análises comparativas entre a “vida em liberdade” das células com sua “vida social”.

Mas dessa profusão de transferências destacam-se observações mais pontuais. Constatado isso seja na aplicação tecnológica, na formulação de mecanismos decisórios, na legitimação de práticas econômicas, na mistificação e tipologia do poder, não são escassos os casos em que se encontram conceitos originários da biologia na prática do saber político – o que, sem dúvidas, não implica em excluir a veracidade da recíproca. Porém, vem à evidência que os casos em que uma “teoria política domina uma filosofia biológica”²⁷ parecem ser menos caros à Canguilhem do que a ocorrência do caminho inverso, que possibilita encontrar, em uso por determinada teoria vigente na esteira das ciências da vida, modelos políticos. Ao longo dos anos, Canguilhem volta-se muitas vezes às teorias vitalistas, ao evolucionismo, à genética, casos diversos em que a biologia é justificação para a política, em que há “parasitismo”, “conversão interessada” ou casos de “transplante” de conceitos biológicos para o terreno da política²⁸. Isto é, a troca informacional entre o saber interessado na organização sócio-política e o saber científico acerca do organismo

²⁴ CANGUILHEM, G. “A ideia de natureza na medicina contemporânea”. In: *Escritos sobre a Medicina*. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 19.

²⁵ MALTHUS, R. *Essai sur le principe de population* (1798). Paris: Seghers, 1963.

²⁶ CANGUILHEM, G. “La formation du concept de régulation biologique aux XVIIIe et XIXe siècles”. In: *Idéologie et rationalité dans l’histoire des sciences de la vie*. Paris: Vrin, 2000.

²⁷ CANGUILHEM, G. “A teoria celular”. In: *O conhecimento da vida*. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 70.

²⁸ CANGUILHEM, G. “Aspectos do Vitalismo”. In: *O conhecimento da vida*. Forense, 2011, p. 102-103.

mantém-se presente no cerne de trabalhos de Canguilhem ao longo de toda sua obra, dos anos 20 até os anos 80 do século XX. O uso de modelos, para Canguilhem, é um fato entre os saberes. No entanto, seu método de traçá-los, fazendo sobressair a filiação dos conceitos, ao invés da sucessão de teorias, jamais foi esquematizado ou transformado em sistema, de modo que só podemos apreendê-lo no acompanhamento de sua prática.

Cumpra, por fim, salientar a seguinte singularidade acerca da obra: se se deseja também abordar a filosofia canguilhemeana da normatividade em suas bases funcionais, faz-se preciso esclarecer suficientemente o fato de que, antes de sustentar um interesse pelas normas em si, por sua aplicação ou legitimidade, Canguilhem interessa-se pelo poder instituinte das normas em seu caráter originário, isto é, pela origem biológica da constituição de técnicas expressas junto a modelos de racionalidade, pela *anterioridade vital da faculdade normativa*. Há relevância em sublinhar a anterioridade do pensamento do vital, em Canguilhem, com relação ao pensamento do político, mesmo que modelos políticos sejam pensados com anterioridade em relação aos modelos biológicos, em suas análises (como é o caso do modelo regulatório). Dessa forma, parece-nos legítimo entrecruzar assim os traços essenciais de seu trabalho filosófico: de um lado, a direção de modelos políticos às ciências da vida; de outro, e indo mais longe, a origem vital das normas sociais. Ademais, será necessário, como veremos adiante, sublinhar o papel da técnica (tanto a tecnologia da agência direta quanto a do fármaco e a do terapeuta, por exemplo), um papel de prolongamento de órgãos biológicos sem a explicitação do qual não estaria completa a abordagem da filosofia canguilhemeana acerca dos aspectos interdependentes do domínio biológico e de estruturas sócio-políticas.

Tomado em conjunto e a título introdutório, pode-se dizer que é isto o que Canguilhem estabelece enquanto escopo para análise filosófica. São teorias, conceitos ou noções através dos quais o domínio científico comunica com o social e com o político. Comunicação essa que, no limite, identifica-se com a análise de informações provenientes da investigação do tema do vital – e, por suposto, do tecnológico. A vida enquanto perspectiva primeira ocasiona a especificidade da reflexão canguilhemeana, furtando-a de cair em antropomorfização no debate acerca do normativo, como faria caso partisse de uma preconcepção de coletividade da espécie humana ao invés de tomar como início fatos da individualidade biológica e suas definições formais. É, por exemplo, a partir da vida de qualquer espécie, enquanto faculdade e exercício normativos, que a teoria social pode extrair o dado, do qual o problema, do modelo funcional de regulação.

* * *

O século XIX, marco do início da biologia e fisiologia modernas, é o período no qual Claude Bernard fundamenta o conceito de regulação orgânica. Eis o momento histórico que baliza as análises canguilhemianas sobre aproximação entre organismo biológico e organização político-social, dando um modelo político e econômico ao conceito de organismo. O fio que conduz do organismo biológico à ponderação do organismo social é identificado pela necessidade ou contingência da atividade reguladora enquanto função mantenedora do “*equilíbrio instável perpétuo*”²⁹. A individualidade orgânica passa a ser considerada enquanto sistema em desequilíbrio incessantemente compensado por empréstimos do exterior, uma totalidade funcional mantida por um princípio interno de regulação. Isso remete ao conceito de *metaestabilidade* de Gilbert Simondon, em que o biológico se difere do físico por manter-se nem instável nem estável, mas metaestável, isto é, não em estado estático, mas instituinte e em devir, deve ser apreendido em sua individuação, criando funções novas, individuação que Simondon chamava de “unidade transdutora”, “ele pode defasar-se em relação a si próprio”. É o mesmo modo com que Canguilhem o descreve: “o próprio organismo, pelo simples fato de sua existência, resolve uma espécie de contradição entre a estabilidade e a modificação”³⁰.

É sob a perspectiva do dinâmico e não do estático que é então necessário compreender o “controle congênito”, “equilíbrio congênito”, iniciado pela noção de *milieu intérieur* bernardiano e confirmado por Walter Cannon com o conceito de homeostase, cunhado em 1928. É com Claude Bernard que a função de regulação definindo o modelo de indivíduo biológico funciona enquanto homologia com o político e não mais enquanto metáfora (como era com o modelo tecnológico/mecanicista). Em contrapartida à anatomia, que fazia uso de um modelo tecnológico do organismo máquina (percepção “tecnologicamente informada”), a fisiologia das regulações de Claude Bernard – e graças à chegada ao estágio experimental das disciplinas embriologia e pela introdução da teoria celular na morfologia (que alterou a escala de estudo das estruturas orgânicas) é que insere na racionalidade das funções orgânicas, a partir de um modelo político e econômico (de divisão do trabalho) e de integração e submissão do todo aos aparelhos, órgãos e sistemas com funções autônomas. Claude Bernard institui a regulação tal qual Canguilhem a define no verbete “*Régulation*”,³¹ escrito em 1968

²⁹ BERNARD, C. *Leçons sur le diabète et la glycogénèse animale*. Paris, Baillière, 1877, p. 576.

³⁰ CANGUILHEM, G. *Le problème des régulations dans l'organisme et dans la société*. Cahiers de l'Alliance Israélite universelle, 92, (Sept.-Oct. 1955), p. 78.

³¹ CANGUILHEM, G. “*Régulation*”. In: *Encyclopaedia Universalis*, v. 19, (1967, réed. 1991), p. 583-585.

para a *Encyclopaedia Universalis*: “a regulação é o fato biológico por excelência”³².

A operação de transferência funcional viabilizada pelo modelo de regulação orgânica será de central importância para responder a uma das questões centrais na obra canguilhemeana. Trata-se da questão colocada por Canguilhem na conferência de 1955, proferida à comunidade israelita de Paris a convite de Pierre-Maxime Schuhl: *Le problème des régulations dans l'organisme et dans la société*.³³ Ocasão em que explicitamente é posta em jogo a situação e a legitimidade da relação entre a dinâmica vital do organismo e as concepções econômica e política adesistas do organicismo social, promovido seja científica ou ordinariamente. “A assimilação usual, ora científica, ora vulgar, da sociedade a um organismo é mais do que uma metáfora? Será que essa assimilação recobre algum parentesco substancial?”³⁴

Trazido ao momento atual, a nosso ver, trata-se de um problema não apenas indevidamente naturalizado como de uso em expansão. A despeito do tratamento dado pela escola italiana (Agamben, Negri, Esposito) aos assuntos de biopolítica, que o tangem ainda que indiretamente em seus levantamentos de problemáticas referentes aos regimes autoritários do século XX e das heranças tecnopolíticas legadas pelo desenvolvimento militar durante e após as guerras mundiais, o terreno ainda aloca mais brechas, ou é representativo de dados por demais factualizados do que de problematização e investigação teórica. É algo a constatar com suficiente nitidez a partir de uma primeira análise dos documentos governamentais oficiais brasileiros, em especial os tornados públicos pelo Ministério de Ciência e Tecnologia de 2001 a 2014, embora desde os anos 1970 os programas e registros da UNESCO, espécie de traduções de normas previamente formuladas pela OECD, sejam estudos quantitativos e programas institutivos de conceitos. Eles refletem uma preocupação global com as definições de “bioeconomia”, “inovação tecnológica” e demais conceitos, partindo do esforço de suas definições em direção a um amplo leque de planificação dos órgãos de regulação, cada vez mais explicitamente fundamentados em premissas de atuação direta sobre a vida.

³² “*Le concept de régulation occupe aujourd’hui la quasi-totalité des opérations de l’être vivant: morphogenèse, régénération des parties mutilés, maintien de l’équilibre dynamique, adaptation aux conditions de vie dans le milieu. La régulation c’est le fait biologique par excellence*”.

³³ CANGUILHEM, G. *Le problème des régulations dans l’organisme et dans la société*. Cahiers de l’Alliance Israélite universelle, 92, (Sept.-Oct. 1955), p. 64-81.

³⁴ CANGUILHEM, G. “*Le problème des régulations dans l’organisme et dans la société*». In: *Écrits sur la médecine*. Paris, Vrin, 1955, p. 71-72.

É interessante notar que a pertinência da reflexão canguilhemeana acerca da comparação entre organismo biológico e organização social é justificada, por ele, de acordo com seus possíveis usos práticos.³⁵ E o posicionamento emergido ao longo do texto é colocado de maneira taxativa:

No que concerne à sociedade, devemos desfazer uma confusão que consiste em confundir organização e organismo. O fato de uma sociedade ser organizada – e não há sociedade sem um mínimo de organização – não quer dizer que ela seja orgânica. Diria, de bom grado, que a organização, no nível da sociedade, é mais da ordem do agenciamento do que da ordem da organização orgânica, pois o que faz o organismo é precisamente o fato de que sua finalidade, sob forma de totalidade, esteja presente e esteja presente em todas as partes. [...] uma sociedade é um meio; uma sociedade é mais da ordem da máquina ou da ferramenta do que da ordem do organismo.³⁶

O desenvolvimento desta resposta é também produto do amplo interesse de Canguilhem pela filosofia positivista de Auguste Comte, reconhecidamente uma espécie de biologia social (ele mesmo a caracterizava enquanto “Fisiologia Social” seguindo os passos de seu precursor, o socialista Saint-Simon, que utilizava o mesmo termo), teve influência no próprio Claude Bernard, como Canguilhem explica em “*Régulation par l’extérieur et régulation par l’intérieur (Auguste Comte et Claude Bernard)*”, outra seção da comunicação de 1974 intitulada *La formation du concept de régulation biologique aux XVIIIe et XIXe siècles*³⁷. Se Comte está sendo invocado aqui para defender uma posição contrária aos organicistas sociais, isso se trata de uma contradição aparente. Basta, para resolvê-la, retomar a história de uma mudança de perspectiva em Comte. No adendo à tese de 1940/44 chamado *Du Social au Vital*,³⁸ são

³⁵ “Escolhi, contudo, falar-lhes de um assunto que não é preocupante pelo fato de ele me preocupar, mas que me preocupa porque o considero fundamentalmente preocupante. Sob o título um ramo demasiado técnico ‘O problema das regulações no organismo e na sociedade’, trata-se, no fundo, de nada menos do que um problema muito antigo, sempre aberto, o das relações entre a vida do organismo e a vida de uma sociedade. A assimilação usual, ora científica, ora vulgar, da sociedade a um organismo é mais do que uma metáfora? Será que essa assimilação recobre algum parentesco substancial? Naturalmente, esse problema só interessa à medida que a solução que lhe é dada se torna, caso seja positiva, o ponto de partida de uma teoria política e de uma teoria sociológica que tende a subordinar o social ao biológico e que se toma, de fato – não direi um risco –, um argumento para a prática política”.

³⁶ CANGUILHEM, G. “*Le problème des régulations dans l’organisme et dans la société*”. In: *Ecrits sur la médecine*. Paris, Vrin, 1955, p. 71-72.

³⁷ CANGUILHEM, G. *La formation du concept de régulation biologique aux XVIIIe et XIXe siècles*. In: *Idéologie et rationalité dans l’histoire des sciences de la vie*, Paris, Vrin, 1988, réed. 2000.

³⁸ CANGUILHEM, G. “*Du Social au Vital*”. In: *Le normal et le pathologique*. 5. ed. Paris: PUF, 2007. “Do Social ao Vital”. In: *O normal e o patológico*. Forense Universitária, 2014.

delineados os limites da apreciação crítica de Canguilhem sobre a obra de Comte:

O inventor do termo e do primitivo conceito de *sociologia*, Augusto Comte, nas lições do *Cours de philosophie positive* relativas ao que ele chamava, na época, de fisiologia social, não hesitou em utilizar os termos organismo social para designar a sociedade, definida como um *consenso* de partes coordenadas segundo dois aspectos: a sinergia e a simpatia, cujos conceitos são tirados da medicina de tradição hipocrática. Organização, organismo, sistema, *consenso*, são indiferentemente utilizados por Comte para designar o estado de sociedade. [...] Só no *Système de politique positive* é que veremos Comte limitar o alcance da analogia por ele aceita no *Cours* e acentuar as diferenças que não permitem considerar como equivalentes a estrutura de um organismo e a estrutura de uma organização social³⁹.

Canguilhem concorda com Comte de *Système*. “No caso da sociedade, a regulação é uma necessidade à procura de seu órgão e de suas normas de exercício. [...]. No caso do organismo, ao contrário, a própria necessidade revela a existência de um dispositivo de regulação. [...] A organização social é, antes de tudo, invenção de órgãos, órgãos de procura e de recebimento de informações, órgãos de cálculo e mesmo de decisão”.⁴⁰ Canguilhem diz que não há autorregulação no social, não há um sistema especializado de aparelhos de regulação. Acoplada à notação do (i) funcionamento orgânico está o conceito de finalidade interna ou imanência da necessidade vital. Mas na análise de Canguilhem encontra-se uma observação acerca do estrutural (ii). O aspecto da estrutura integra a análise do problema para esclarecer de que modo as partes se relacionam com o todo. Em “Le Tout et la Partie dans la Pensée Biologique”,⁴¹ Canguilhem faz referência ao ajustamento das partes ao todo para desvalidar a comparação entre a totalização orgânica em que a associação dos órgãos é de tipo social e segundo a qual a relação das partes de uma sociedade entre si corresponde à relação entre os órgãos de um organismo.

O terceiro aspecto retratado reenvia à questão da definição do patológico. Trata-se do aspecto normativo (iii). “O organismo não é uma sociedade, mesmo quando ele apresenta como uma sociedade uma estrutura de organização”, afirma Canguilhem. “A organização, no sentido mais geral, é a solução de um problema concernente à conversão de uma concorrência em compatibilidade”. Além do fato de que, “para

³⁹ Ibid, p. 200.

⁴⁰ Ibid, p. 202.

⁴¹ CANGUILHEM, G. “Le Tout et la Partie dans la Pensée Biologique”. In: *Études d’Histoire et de Philosophie des Sciences*, Librairie Philosophique. J. Vrin, 1968.

o organismo, organização é seu fato; para a sociedade, é sua tarefa”, quando se aprofunda a natureza de tal tarefa, encaminha-se à ideia de doença e de saúde, de conservação e de restituição.

Em outros termos, o que domina a assimilação do organismo a uma sociedade é a ideia da medicação social, a ideia da terapêutica social, a ideia de remédios para os males sociais. Ora, cabe observar que, sob a relação entre a saúde e a doença, portanto sob a relação da reparação dos distúrbios orgânicos ou sociais, as relações entre o mal e o remédio são radicalmente diferentes no que concerne a um organismo e no que concerne à sociedade⁴².

Neste ponto, Canguilhem se distancia fortemente do positivismo comtiano (espectro de graus quantitativos onde o doente é uma variação do normal) como se distingue da defesa da clivagem qualitativa antagônica que opõe o bem da saúde ao mal patológico. É uma resposta que faz remontar ao adendo à tese de doutorado e do curso de 1940-42, que também tem como foco o sócio-político com o funcionamento biológico, chamado “*Sur les normes organiques chez l’homme*”⁴³. Aqui a resposta acerca do funcionamento orgânico, questão da necessidade imanente biológica, é reforçada por mais uma via, que afirma que no que respeita à sociedade, não se sabe o estado a revigorar depois da constatação de um mal ou de um desvio/desequilíbrio. Tal resposta é dependente do conceito de doença, do que significa adoecer e do que se tem interesse em restaurar. A definição do conceito de normal, a que se tem referido como o principal na obra de Canguilhem, também é naturalmente presente.

Para defesa de seu posicionamento, Canguilhem invoca René Leriche, cuja teoria diz que “a saúde é a vida no silêncio dos órgãos”⁴⁴. A doença convoca a tarefa vital de inauguração de um novo normal cujo fundamento é a reinstalação da capacidade de troca com o meio em estado de “equilíbrio instável perpétuo”, isto é, recuperação da própria faculdade de poder instaurar novas regras, e não estar preso a uma que tenda demasiado à estabilidade. Em resumo, a teoria de Canguilhem faz a separação radical entre anormal e patológico: o patológico, ao contrário de ser o anômalo/anormal, possui regras próprias, qualitativamente divergentes, e nem por isso opostas/inversas, a regras estatisticamente mais frequentes numa

⁴² CANGUILHEM, G. “Le problème des régulations dans l’organisme et dans la société”. In: *Ecrits sur la médecine*. Paris, Vrin, 1955. O problema das regulações no organismo e na sociedade. In: *Escritos sobre a medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 74.

⁴³ CANGUILHEM, G. “*Sur les normes organiques chez l’homme*”. In: *Le normal et le pathologique*. 5. ed. Paris: PUF, 2007.

⁴⁴ LERICHE, R. *Recherches et réflexions critiques sur la douleur*. La presse médicale, 1931.

dada população. O que determina sua normatividade ser patológica é o grau exagerado de diminuição, senão estancamento, da capacidade de alteração e criação normativa. Dito de outro modo, é a estabilidade em excesso. Poderíamos ir um pouco mais longe e afirmar mesmo que a instabilidade é o que garante a resistência à morte, que a manutenção regulada da tendência ao estado instável é o dispositivo com o qual os sistemas biológicos exercem a faculdade neguentrópica de resistir à tendência ao inerte, categoria em direção à qual o conceito de doença pode ser definido, desde que a condição de adoecer fique impedida de ser convertida em meio para instauração de um novo normal e transforme-se em estado representativo de um determinado finalismo e estancamento da capacidade constituinte.

Dito de outro modo, recuperar a capacidade neguentrópica de improviso, de experimentação e de erro, está longe de trocar uma rigidez por outra, isso que impediria justamente a potência normativa da vida. O que recobre as definições do estado de saúde e do estado de doença é a suposição de que a individualidade orgânica “sabe” a que estado voltar (o de metaestabilidade), aquele em que as partes se comunicam com o todo e vice-e-versa. Ao contrário do organismo social, cuja totalidade e cujas partes discutem a que se direcionar para alcançar a saúde, tal qual fosse o estado patológico o contínuo, e não a exceção. Isso também remete à definição de “vivo” em contrapartida ao reino da física de organismos inertes, teoria de Xavier Bichat, segundo a qual, em 1800, postulava primeiro lugar, o ser vivo é aquele (e unicamente aquele) *que adoecer*, e em segundo lugar o vivente é aquele que reúne uma “totalidade das funções que resistem à morte”⁴⁵. Em *La question de la normalité dans l’histoire de la pensée biologique*⁴⁶, comunicação realizada Colóquio de Jywāskylä (Finlândia) em 1973, organização da União Internacional de História e Filosofia das Ciências, Canguilhem reconstrói historicamente o fato atualmente aceito de que a doença e a morte são problemas específicos à biologia: “a morte, a doença e a capacidade de restabelecimento distinguem o ser vivo (*le vivant*) da experiência bruta”.

Inclui-se ainda no debate acerca das definições de saúde/doença enquanto via de resposta para a questão da comparação entre organismo e sociedade, a seguinte questão: não é possível dizer que a saúde de uma espécie é a saúde de outra; e dentro da mesma espécie, não é possível dizer que um recorte populacional determina o ideal normativo para outro(s). O problema da espécie, primeiramente colocado pelos

⁴⁵ BICHAT, X. *Recherches physiologiques sur la vie et la mort*. Paris: Gauthier-Villars, 1955.

⁴⁶ CANGUILHEM, G. “La question de la normalité dans l’histoire de la pensée biologique”. In: *Idéologie et rationalité dans l’histoire des sciences de la vie*. Paris: Vrin, 2000.

naturalistas como Buffon e Linné, amplia a análise de Canguilhem. Sabe-se o efeito esperado do fármaco quando o assunto é a reforma de uma condição orgânica. Se é conhecido o caminho para “a restauração do organismo em seu estado são”, é porque “sabe-se muito bem qual é o ideal de um organismo doente: é um organismo são *da mesma espécie*”⁴⁷. Aí a chave para compreender o porquê de nas sociedades surge “uma relação completamente diferente entre os males e as reformas, porque, para a sociedade, o que se discute é saber qual é seu estado ideal ou sua norma”, já que uma coletividade, “não sendo nem um indivíduo nem uma espécie”, ao invés de comportar uma norma, é a sua problematização por excelência – nunca se deu por estática, mas sempre em forma de problema e de defesa de respostas hipotéticas. É do fato de que “os homens concordam mais facilmente sobre a natureza dos males sociais do que sobre o alcance dos remédios a lhe serem aplicados” que “decorre a multiplicação das soluções possíveis que são calculadas ou sonhadas pelos homens” no esforço de ordenação⁴⁸.

Por fim, é reforçadamente através da pauta da função reguladora que se evidencia uma ligação do vital com o tecnológico. Quando Canguilhem se posiciona sobre o organismo vivo, cuja necessidade revela o dispositivo de regulação, diferentemente da organização social, que é uma invenção de órgãos requerida, e não já-apresentada, ele apresenta o poder político como uma faculdade de “criação de órgãos de regulação”.

Em *La question de l'écologie: la technique ou la vie*⁴⁹, conferência de 1973 em Estrasburgo, a técnica é retratada enquanto um prolongamento ou projeção de uma função orgânica do organismo, recebendo um modelo biológico. “A verdadeira questão”, diz Canguilhem ao apresentar algumas considerações científicas acerca da técnica (representativas do “credo que tem a técnica por uma função humana conexas da função científica e suscitada por ela”), “é aquela da relação originária da técnica com a vida”⁵⁰. “A técnica, sempre assimilada a uma consequência inelutável do saber”, é formulada por Canguilhem sobre bases vitais.

Deve-se considerar a técnica não somente como um efeito da ciência – isso que ela é também, incontestavelmente, na história das sociedades ditas desenvolvidas – mas como um fato da vida [...]. A característica

⁴⁷ CANGUILHEM, G. Le problème des régulations dans l'organisme et dans la société. In: *Écrits sur la médecine*, Paris, Vrin, 1955, p. 67.

⁴⁸ “Le problème des régulations dans l'organisme et dans la société” (1955), p. 101-25. In: *Écrits sur la médecine*, Paris, Le Seuil, 2002. O problema das regulações no organismo e na sociedade. In: *Escritos sobre a medicina*. Forense, 2005. p. 76.

⁴⁹ CANGUILHEM, G. “La question de l'écologie: la technique ou la vie”. *Revue Dialogue* (Bruxelles), Cahier n. 22. Paris: Précis d'Écologie, 1974, p. 37-44.

⁵⁰ *Ibid.* p. 189.

própria dos sistemas orgânicos, ao encontro das estruturas minerais, é a sua capacidade de regulação interna. É o grau de precisão e de complexidade das funções de regulação que é a medida da perfeição orgânica [...]. Sob essa abordagem, a fabricação de ferramentas, a atividade técnica originária, é o prolongamento direto externo dos órgãos internos da regulação de constantes orgânicas⁵¹.

Essa seria a razão pela qual a questão ecológica, que é posta como “técnica ou vida”, se há correção em dizer que a técnica é “forma humana de organização da matéria pela vida” e derivar daí, com Canguilhem, que tal questão deveria ser substituída pelos termos “técnica e vida”, restará, com efeito, a “dificuldade de compreender porque a técnica, completamente originária da regulação da vida em função de suas necessidades, é devinda historicamente instrumento de desregulação de que o alarme dos ecologistas exprime a tomada de consciência”. O artigo termina com uma crítica negativa a duas ideologias políticas: o mito da origem, utilizado de caução para recusa da tecnologia (“ilhas de pureza anti-tecnológica”), paralelamente a uma crítica à teoria que reservaria o desenvolvimento tecnológico a uma economia capitalista conforme a qual, em sentido inverso da primeira, a defesa da subordinação do consumo à produção, pretensa solução em multiplicar a criação de necessidades biológicas emparelhando-as à criação tecnológica. Ele deixa a questão em aberto no artigo, mas poderíamos tentar responde-la com atenção a quão largo é sua concepção de técnica: em “O Conceito e a Vida” ele diz, evocando Henri Bergson, que “o conceito e a ferramenta são mediações entre o organismo e o seu meio ambiente”. Também sua acepção de medicina⁵², em especial a prática terapêutica, coloca-a em par de igualdade com a técnica. A partir dessas considerações é que talvez nos sentiríamos no direito de inverter a afirmação canguilhemeana e afirmar que, assim como é verdade que em sua filosofia toda técnica é dispositivo de prolongamento de funções vitais, também todo dispositivo

⁵¹ Ibid., p. 190.

⁵² A origem disse remonta às primeiras políticas de seguridade e às práticas higienistas do século XIX: “pelo viés da higiene pública, institucionalizada nas sociedades europeias do último terço do século XIX, a epidemiologia leva a medicina ao campo das ciências sociais, e até das ciências econômicas. (...) A situação socioeconômica de um doente e sua repercussão entram no quadro dos dados que o médico deve levar em conta. A medicina, pelo viés das exigências políticas da higiene pública, vai conhecer uma alteração lenta do sentido de seus objetivos e de seus comportamentos originários. Do conceito de *saúde* ao de *salubridade*, depois ao de *seguridade*, a deriva semântica recobre uma transformação do ato médico. (...) Sob o efeito das demandas da política, a medicina foi chamada a adotar o comportamento e os procedimentos de uma tecnologia biológica”. Seria ainda interessante assinalar que é o mesmo período em que a medicina, graças à bacteriologia e em consequência à imunologia, é alçada ao estatuto de cientificidade moderna, isto é, consolida-se enquanto uma ciência biológica autônoma. “O Estatuto Epistemológico da Medicina”, p. 463.

de prolongamento de funções vitais (seja o exercício da medicina, seja o exercício de criação de conceitos científicos, seja o poder político de organização da sociedade humana) é “técnica”, ou faculdade tecnológica.

Exposta em “La Machine et l’Organisme”,⁵³ a inspiração de tal posicionamento remete à teoria da projeção orgânica de Alfred Espinas como construída em *Les Origines de la Technologie*, 1897. A aproximação sistemática entre biologia e tecnologia, no limite, defende a importância de uma “filosofia biológica da técnica” e é motivada pelo objetivo de substituir a perspectiva segundo a qual a invenção técnica consiste na aplicação de um saber, segundo a qual a tecnologia está necessariamente implicada à racionalidade humana e definida enquanto fim último da investigação, descoberta ou teoria científica. Órgãos, aparelhos e mecanismos tecnológicos, sob o ponto de vista de Canguilhem, devem remeter à individualidade orgânica e suas necessidades biológicas, dado a reforçar sua insistência na “originalidade vital da técnica, irredutível à racionalização”⁵⁴. Tanto a política quanto a tecnologia funcionariam inseridas na sociedade humana como próteses ou prolongamento de órgãos vitais, cuja função atesta sua ligação primeira com a vida, pois a função de regulação que esses órgãos prolongados contêm é primeiro de tudo uma função vital por excelência. Assim, a tecnologia não é o corolário da ciência, mas da vida – tanto quanto a política. Trata-se de categorias renovadas na obra canguilhemeana.

Referências

- BACHELARD, Gaston. “Crítica preliminar do conceito de fronteira epistemológica”. In: *Estudos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- BADIOU, Alain. *Le (re)commencement du matérialisme dialectique*. Paris: Critique, 1967.
- BERNARD, Claude. *Leçons sur le diabète et la glycogénèse animale*. Paris: Baillière, 1877.
- BICHAT, Xavier. *Recherches physiologiques sur la vie et la mort*. Paris: Gauthier-Villars, 1955.
- CANGUILHEM, Georges. “Dialectique et philosophie du non chez Gaston Bachelard”. In: *Revue Internationale de Philosophie*, 1963.
- CANGUILHEM, Georges. *Vie et Mort de Jean Cavaillès*. Paris: Allia, 1996.
- CANGUILHEM, Georges. “Qu’est-ce qu’une idéologie scientifique?” In: *Idéologie et rationalité dans l’histoire des sciences de la vie*. Paris: Vrin, 2000.

⁵³ CANGUILHEM, G. “La Machine et l’Organisme”. In: *La Connaissance de la Vie*. Hachette, 1952, p. 124-159.

⁵⁴ CANGUILHEM, G. “La Machine et l’Organisme”. In: *La Connaissance de la Vie*. 2. ed. rev. e ampl. Paris: Vrin, 1975, p. 131.

CANGUILHEM, Georges. “L’Histoire des Sciences dans l’Œuvre Épistémologique de Gaston Bachelard”. In: *Études d’Histoire et de Philosophie des Sciences*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1968.

CANGUILHEM, Georges. “O Objeto da História das Ciências”. In: *Estudos de História e de Filosofia das Ciências concernentes aos vivos e a vida*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

CANGUILHEM, Georges. “Raymond Aron et la philosophie critique de l’histoire”, Enquête, 1992. Online desde 16/11/2005: <<http://enquete.revues.org/138>>, acessado em: 20/01/2014.

CANGUILHEM, Georges. “Augusto Comte e o ‘Princípio de Broussais’”. In: *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

CANGUILHEM, Georges. “Modèles et analogies dans la découverte en biologie”. In: *Études d’Histoire et de Philosophie des Sciences*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1968.

CANGUILHEM, Georges. “Économie, Technologie et Physiologie: La formation du concept de régulation biologique aux XVIIIe et XIXe siècles”. In: *Idéologie et rationalité dans l’histoire des sciences de la vie*. Paris: Vrin, 2000.

CANGUILHEM, Georges. “A ideia de natureza na medicina contemporânea”. In: *Escritos sobre a Medicina*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

CANGUILHEM, Georges. “La formation du concept de régulation biologique aux XVIIIe et XIXe siècles”. In: *Idéologie et rationalité dans l’histoire des sciences de la vie*. Paris: Vrin, 2000.

CANGUILHEM, Georges. “A Teoria Celular”. In: *O conhecimento da vida*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CANGUILHEM, Georges. “Aspectos do Vitalismo”. In: *O conhecimento da vida*. Forense, 2011.

CANGUILHEM, Georges. “Régulation”. In: *Encyclopaedia Universalis*, 19 (1967, réed. 1991), p. 583-585.

CANGUILHEM, Georges. “Le problème des régulations dans l’organisme et dans la société”. In: *Ecrites sur la médecine*. Paris: Vrin.

CANGUILHEM, Georges. “La formation du concept de régulation biologique aux XVIIIe et XIXe siècles”. In: *Idéologie et rationalité dans l’histoire des sciences de la vie*. Paris: Vrin, 1988, réed. 2000.

CANGUILHEM, Georges. “Du Social au Vital”. In: *Le normal et le pathologique*. 5. ed. Paris: PUF, 2007.

CANGUILHEM, Georges. “Do Social ao Vital”. In: *O normal e o patológico*. Forense Universitária, 2014.

CANGUILHEM, Georges. “Le Tout et la Partie dans la Pensée Biologique”. In: *Études d’Histoire et de Philosophie des Sciences*, Librairie Philosophique. J. Vrin, 1968.

CANGUILHEM, Georges. “Sur les normes organiques chez l’homme”. In: *Le normal et le pathologique*. 5. ed. Paris: PUF, 2007.

CANGUILHEM, Georges. “La question de la normalité dans l’histoire de la pensée biologique”. In: *Idéologie et rationalité dans l’histoire des sciences de la vie*. Paris: Vrin, 2000.

CANGUILHEM, Georges. “La question de l'écologie: la technique ou la vie”. *Revue Dialogue* (Bruxelles), Cahier n. 22. Paris: Précis d'Écologie, 1974, p. 37-44.

CANGUILHEM, Georges. “O Estatuto Epistemológico da Medicina”. In: *Estudos de História e de Filosofia das Ciências concernentes aos vivos e a vida*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

CANGUILHEM, Georges. “La Machine et l'Organisme”. In: *La Connaissance de la Vie*. 2. ed. rev. e ampl. Paris: Vrin, 1975, p. 131.

CAVAILLÈS, Jean. *Sur la logique et la théorie de la science*. Paris: Vrin, 1997, p. 90.

FOUCAULT, Michel. La Vie: L'expérience et la science. *Révue de Métaphysique et de Morale*, 90, 1 (1989), p. 3-14.

Endereço postal:

Programa de Pós-Graduação em Filosofia – PUCRS

Av. Ipiranga, 6681

90619-900 Porto Alegre, RS, Brasil

Data de recebimento: 11/09/15

Data de aceite: 14/09/15